

05.531.725/0001-20 a penalidade de MULTA no valor R\$ 892,78 por descumprimento de entrega de medicamentos da Autorização de Fornecimento nº 7537/2020 – Edital nº 1083/2019.
Cod. Mat.: 717191

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DIVS/SES - DE 27/01/2021

Institui a Carteira de Identificação/Credencial para todos os servidores que desenvolvem atividades de fiscalização, inspeção e monitoramento sanitário, bem como, outras atividades relativas ao exercício do poder de polícia inerentes às ações de competência de Vigilância Sanitária estadual e municipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Diretora da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do Art. 44 do Regimento Interno, aprovada pelo Decreto Estadual nº 4.793/1994, e considerando:
A Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências;
O Decreto Estadual nº 23.663, de 16 de outubro de 1984, que Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983; e,
A Deliberação 250/CIB/2019, de 05 de dezembro de 2019, que define os Critérios para Construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária –2020/2023.

Resolve:

Art.1º Instituir a Carteira de Identificação/Credencial para todas as autoridades sanitárias devidamente habilitadas e capacitadas em conformidade com os itens 6.1 e 6.3 “Gestões de Pessoas” da DELIBERAÇÃO 250/CIB/2019 que desenvolvam atividades de fiscalização, inspeção e monitoramento sanitário, bem como, outras atividades relativas ao exercício do poder de polícia, inerentes às ações de competência de Vigilância Sanitária estadual e municipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina;

Art.2º As autoridades sanitárias das Vigilâncias Sanitárias Municipais, das UDVISAS – Unidades Descentralizadas de Vigilância Sanitária Regionais ou da DIVS – Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina, que cumprirem os critérios do Artigo 1º, devem solicitar sua credencial através do Sistema Estadual PHAROS, conforme prazo estipulado e amplamente divulgado no site da DIVS/SC – www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br;

Art.3º Para solicitação da Carteira de Identificação/Credencial é obrigatória a apresentação via Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – PHAROS dos documentos descritos abaixo, devidamente assinados:
a) Portaria de Nomeação e Designação para atuar na Vigilância Sanitária. Caso o cargo de Nomeação já seja de fiscal em Vigilância Sanitária, não há necessidade da Portaria de Designação;
b) Certificado do Curso de Ações Básicas em Vigilância Sanitária (da DIVS ou equivalente) ou Edital do Concurso Público, conforme item 6.3 Gestão de Pessoas da CIB nº 250/2019;
c) Ofício do Secretário Municipal de Saúde (para Municípios) ou do Coordenador (para Macrorregionais) solicitando a Credencial;
d) Declaração do setor de Recursos Humanos – assinada por um funcionário do RH;
e) Declaração de “Ausência de incompatibilidades e/ou impedimentos para o exercício da função de autoridade sanitária”.

Art.4º A Carteira de Identificação/Credencial identifica o portador como autoridade sanitária.

Parágrafo único: Os servidores engenheiros civis e arquitetos que efetuem a análise, avaliação e aprovação de Projetos Básicos de Arquitetura - PBA e que emitam os Laudos de Verificação de Conformidade e os servidores que desenvolvem atividades nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, terão a Carteira de Identificação/Credencial específicas no âmbito de suas competências.

Art.5º Quando ocorrer a perda, extravio ou danificação da Carteira de Identificação/Credencial, deverá:
I. Ser informado imediatamente os gestores do município e estado a fim de se evitar o uso indevido da mesma.
II. Ser solicitada a 2ª via à Divisão de Recursos Humanos da Diretoria de Vigilância Sanitária/SES anexando os seguintes documentos:
a) Apresentação do Boletim de Ocorrência - B.O no caso de perda ou extravio da Carteira de Identificação/Credencial;
b) Apresentação de justificativa e devolução da carteira de identi-

ficação/Credencial danificada, conforme o caso.

Art.6º Na Carteira de Identificação/Credencial constará os dados individuais da autoridade sanitária:
I - Carteira nº (o número da carteira será composto de quatro dígitos) e sede da atuação;
II - Data de emissão da carteira de identificação/credencial;
III - Nome da autoridade sanitária;
IV - Inscrição do CPF;
V - Número da Carteira de Identidade;
VI – Esfera de atuação: (Estadual ou Municipal);
VII – Lotação;
VIII – A seguinte informação: “**Autoridade Sanitária nomeada ou designada por ato normativo**”;
IX - Foto 3X4 colorida;
X - Assinatura do respectivo Secretário (a) Municipal de Saúde (para VISAs Municipais) ou do Diretor(a) de Vigilância Sanitária Estadual (para UDVISAs Regionais e DIVS);
XI - Validade;
XII - Assinatura da autoridade sanitária;

Art.7º A Carteira de Identificação/Credencial será emitida em papel com fundo impresso, com marca d'água "Diretoria de Vigilância Sanitária", logomarca do Brasão do Estado de Santa Catarina e cor predominantemente verde. No caso das credenciais para atuação nos CERESTS a cor predominante é a azul.

Art.8º A Carteira de Identificação/Credencial terá por medida 9 cm de largura e 6 cm de altura, com impressão gerenciada por computador e com numeração progressiva iniciando em 0001.

Art.9º Após análise documental, a Carteira de Identificação/Credencial será impressa e encaminhada pela Diretoria de Vigilância Sanitária aos respectivos gestores de saúde do âmbito de competência, para assinatura (no caso das Vigilâncias Sanitárias Municipais. No caso das Vigilâncias Sanitárias Estaduais (UDVISAs e DIVS) o (a) Diretor (a) em exercício procederá a assinatura.

Art.10. A validade da Carteira de Identificação/Credencial encerra em 31 de março de cada exercício.

Art.11 A Carteira de Identificação/Credencial poderá ser suspensa a qualquer momento pela Diretoria de Vigilância Sanitária ou pela gestão municipal competente, após comprovação do uso indevido, ficando a autoridade sanitária sujeita às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art.12 Todos os atos normativos mencionados nesta Resolução, quando substituídos ou atualizados por novos atos, terão a referencia automática atualizada em relação ao ato de origem.

Art.13 Os casos omissos e dúvidas relativas à interpretação e aplicação desta Resolução serão dirimidos pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

Art.14 Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art.15 Fica revogada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005 /DIVS/SES - de 13/08/2015.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj
Diretora de Vigilância Sanitária
DIVS/SUV/SES/SC

Cod. Mat.: 717238

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SAN-
ÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas
atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo
SES 122375/2020 e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93
e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, RESOLVE aplicar à em-
presa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ
5.531.725/0001-20, a penalidade de MULTA no valor R\$ 91,40
por descumprimento de entrega do material da Autorização de
Fornecimento nº 184365/2020 – Edital nº 2778/2019.**
Cod. Mat.: 717120

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SAN-
ÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas
atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo
SES 161164/2020 e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93
e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, RESOLVE aplicar à em-
presa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ
5.531.725/0001-20, a penalidade de MULTA no valor R\$ 167,85
por descumprimento de entrega do material da Autorização de
Fornecimento nº 188277/2020 – Edital nº 1099/2020.**
Cod. Mat.: 717122

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 04/SSP/DGPC/GEPLA, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.
O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições esta-
belecidas no art. 9º, inciso IV, do Decreto 348, de 13 de novembro
de 2019, e, tendo por fundamento o art. 67, combinado com o art.
116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **Resolve:**
Art. 1º - Designar o servidor **WALTER ANDRÉ MIADAIRA WATA-
NABE** – Matrícula 953.603-5, cargo de Delegado de Polícia Civil,
para atuar como fiscal do Termo de Cooperação nº 2020TN001350,
celebrado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina
e o Estado de Santa Catarina por meio da Polícia Civil, tendo por
objeto “estabelecer ação integrada e cooperação técnica entre o
MPSC e a Polícia Civil de Santa Catarina para o combate à macro-
criminalidade e ao crime organizado no Estado de Santa Catarina”,
cuja vigência iniciou em 17/09/2020 e encerra-se em 16/09/2024.
Art. 2º - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena
de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no
parágrafo 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que se dará pelo
cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único
desta portaria.
Art. 3º - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-
Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete à supervisão e
orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção
de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas
irregularidades na execução do termo de cooperação.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 717133

Polícia Militar

PORTARIA Nº 30/PMSC de 25/01/2021.
DESIGNO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com
o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º
da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº
333/07, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Seguran-
ça Pública no Estado– **Mario Cesário**, Subtenente PM RR Mat.
902087-0, **a contar de 27/01/2021.**

DIONEI TONET

Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 717200

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL
Processo nº 21700.2018.50962 de Maura Regina Constante - CPF
011.724.039-70. **ATIVIDADE:** “Foi constatado construção de três casas
de madeira no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro,
casas com 20m², 12m² e 16m², sem autorização.” **DECISÃO:** Pelo
exposto a Autoridade Ambiental decidiu: “APLICAR a penalidade
de multa simples e embargo, em consonância com os artigos 3º,
inciso II e VII, e art. 91 do Decreto Federal nº 6.514/08; art. 70, §4º
e art. 72, inciso II e VII, da Lei Federal nº 9.605/98 e art. 33, inc.
II e VII da Portaria nº 143/2019/IMA/CPMA-SC, assim, fixando o
valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais); a Sansão Administrativa de
Promover a Recuperação do Dano Ambiental; com apresentação do
Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, compreende
também, a expurgação da construção, no prazo de 30 (trinta) dias.”
Palhoça-SC, 15 de maio de 2019. Paulo Roland Ern - Autoridade
Ambiental Julgadora.

Cod. Mat.: 717155

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL
EDITAL DE CITAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

CITAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO
Nos termos do artigo 79, §1º, da Portaria conjunta IMA/CPMA
143/2019, considerando que o autuado não foi localizado, venho
CITAR Jean Carlos Siegel, CPF 024.131.639-13, da lavratura do
Auto de Infração Ambiental nº 52283-A, o qual gerou o **Processo**
Administrativo Ambiental nº 21123.2020.61661, pela conduta
de “Instalar atividade potencialmente poluidora, implantação de
condomínio rural, área de 2,47 ha, sem a autorização dos órgãos